

BOLETIM O TRABALHO

A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores

Editorial

Orçamento dos 0,3% é um insulto a quem trabalha e deve ser rejeitado!

Aumento Geral dos Salários!

O novo ano inicia-se sob o signo do projecto de orçamento 2020 apresentado pelo governo à Assembleia.

O projecto segue as linhas do mandato dado pela Comissão da UE ao governo (ver centrais): 1) défice “estrutural” zero, para o país poder deixar de levar calduços da troika; 2) pagamento da dívida dos hospitais, para os fornecedores sobreviverem.

Estas prioridades, bastante crassas, são vendidas assim pelo governo de António Costa: “*Prioridade à saúde! Primeiro superávit da democracia!*” Falsificação grosseira, cujo objectivo é enganar os trabalhadores que os elegeram. A imprensa, claro, compra.

Mas, quando a desfaçatez é tal, que o governo anuncia aos funcionários um “aumento” de vencimentos de... 0,3%, pergunta-se: porque alinham PCP, Bloco e deputados do PS nesta dança miserável?

Os dirigentes sindicais, é certo, indignaram-se brevemente: que era um insulto aos trabalhadores! Mas não regressaram eles logo a seguir ao regateio de migalhas na “concertação social”, onde o governo propôs a sua “política de rendimentos”, a política de continuar a tirar aos salários do trabalho para dar aos lucros e juros?

Os salários, hoje: uma parte do rendimento nacional inferior ao que era no fim da ditadura (ver p. 3)!

Insulto aos trabalhadores, sim, que deram dois terços dos votos aos partidos que falam em seu nome, infligindo à burguesia uma das maiores derrotas da história da democracia — para usar a fórmula da moda.

Não diz o *Expresso* (21/12) alegremente que “*falta agora saber se uma mão-cheia de migalhas para 2020 e outra cheia de promessas para 2021 chegam para convencer os partidos à esquerda sobre a aprovação desta proposta de Orçamento do Estado e se são suficientes para manter os empresários em clima de lua de mel com António Costa?*”

Alegremente? Talvez, mas nota-se a preocupação. A direita sofreu uma derrota eleitoral estrondosa. Resta, pois, a “esquerda” para fazer a política da UE no governo — bem o sabe Marcelo, que já deu as suas instruções à dita esquerda, para a política de lua de mel com os



patrões e de exploração sem peias poder continuar.

Porque o paradoxo é esse: os trabalhadores não estão fracos; fraca está a burguesia, fraca ficou a direita.

Motoristas, enfermeiros, estivadores e outros estive-

ram à beira de mostrar como a sua luta pode parar o país e dobrar o governo — assim os dirigentes do movimento operário estejam à altura.

E esta verdade vale no mundo inteiro, não só em Portugal. Quando o imperialismo prepara a guerra e a barbárie, quando a UE manda os governos europeus atacar os povos sem trégua — a greve contra a reforma das pensões em França continua há quase um mês; na Argélia, as massas lutam há quase um ano contra o regime que se tenta salvar; no Chile, levantam-se contra o regime herdado de Pinochet. Em Espanha, a monarquia herdeira de Franco vacila.

Construir uma direcção para o movimento operário que seja inteiramente independente da burguesia e da sua UE é o que permitirá vencer. ■

A guerra imperialista levanta a cabeça



No dia 2 de Janeiro, o exército americano assassinou um comandante iraniano, Qassim Soleimani, em Bagdad.

É um acto de guerra aberta, que, no sentido inverso, teria provocado uma resposta im-

ediata e massiva.

No dia seguinte, Donald Trump mandou mais 3.500 soldados para o Golfo Pérsico, preparando a guerra imperialista.

A decadência profunda do capitalismo imperialista impele a principal potência, os EUA, a reagir com cada vez maior agressividade a todas as ameaças, reais ou imaginárias, à sua hegemonia.

Guerra comercial e envio de porta-aviões para a costa chinesa, pautas aduaneiras disparadas contra todos os concorrentes e, agora, depois de longa preparação, declaração de guerra, de facto, ao Irão.

Só os trabalhadores do mundo inteiro, levantando-se contra os seus próprios imperialismos, poderão impedir-lhes de fazer resvalar a humanidade para a barbárie.

Barreiro, Quinta do Braamcamp

Autarquias à Mercê dos “Fundos Comunitários”

Noticiava o *Público* de 26 Novembro que a estratégia para a aplicação de fundos comunitários está a ser desperdiçada. Nem serviços públicos nem “autoridades de gestão” nem empresas estariam a valorizar a “Estratégia Nacional de Especialização Inteligente”, que aposta na inovação e desenvolvimento tecnológico para dar maior “competitividade” às empresas.

Especialização inteligente poder parecer uma denominação inteligente. Mas é a maneira enfatuada de dizer que os fundos europeus servem para encaminhar o “país” para onde a UE acha que ele tem um papel qualquer na divisão do trabalho da União Europeia. Esse papel consiste, manifestamente, em pôr à disposição hotéis e mesas para turistas. Nada cabe que sirva as populações ou a produção de bens e serviços de que elas necessitem.

Um exemplo entre muitos veio a lume recentemente.

Em 2016, a Câmara do Barreiro, na altura dirigida pelo PCP, concorreu a fundos comunitários (FEDER) para comprar um terreno (quinta do Braamcamp). Propunha-se transformar a quinta senhorial em ruínas em zona de lazer para a população.

Agora, a nova Câmara, do PS, quer, ao arrepio de votações anteriores e unânimes, entregar o terreno à especulação imobiliária, que acabará inevitavelmente em se construir um hotel de luxo, vedando o espaço à população.

Dir-se-á que sempre é uma bela coisa uma Câmara ter podido comprar tal terreno com a ajuda de fundos comunitários. Bom, calma aí. É que, para reabilitar o espaço, são precisos muitos mais milhões. Alguém os “dá”? As verbas

dependem da tal “especialização inteligente” destinada a melhorar a competitividade das empresas. Pois... a população não é uma “empresa”, muito menos “competitiva”.



A Câmara, como outras câmaras e entidades públicas, não tem outro remédio senão concorrer a “fundos comunitários”. O Orçamento de Estado há anos que não prevê investimentos públicos regionais e ou locais de espécie nenhuma (ver abaixo). O Estado manda concorrer aos “fundos”, Bruxelas que autorize — e é se querem. As verbas para o desenvolvimento e requalificação local, regional e social estão, aliás, desde o tratado de Maastricht, enquadradas na chamada ‘Europa das regiões’, controlada pela

burocracia da UE, que decide quem recebe, quando e quanto.

O ministro do planeamento, Nelson de Sousa, já avisou que vai passar a haver ainda menos dinheiro; e que ele tem que ser usado mais “cirurgicamente”. Ou seja: para autarcas e demais entidades públicas, a austeridade continua, a não ser que convenha à tal “especialização inteligente”.

A economia portuguesa decide-se em Bruxelas.

Para as Câmaras, à mínima que dêem no cravo, tem outra de ir na ferradura. Compra-se um terreno para servir a população? Pois bem, ou fica a apodrecer ou há-de voltar aos privados que o rentabilizem de acordo com o que Bruxelas acha que serve. Actualmente, isso é: dar dinheiro a ganhar a quem queira especular no turismo e pouco mais. A UE, lembre-se, é um espaço de “concorrência livre e não falseada”... pelos interesses de meras populações. Manda o Tratado de Maastricht.

Entretanto, a população do Barreiro não desarma e organiza-se para resistir às leis da especulação. ■

Investimento público fantasma

O *Trabalho* apontou desde o princípio um dos truques austeritários do governo UE/Costa/PS/PC/BE: dar tostões no salário mínimo e pensões, mas deixar apodrecer hospitais, escolas e comboios, corrand o eito no investimento público.

A realidade ainda foi pior. Sim, o governo cortou à faca no orçamento do investimento. Só que depois — nem o pouco que orçamentou investiu.

Regista-o assim o *Expresso* (28 de Dezembro):

“Até outubro deste ano o Estado tinha apenas executado 56,4% do que havia orçamentado para investimento público. (...) Esta é a pior execução do investimento do Estado até ao fim de outubro, desde 2015. (...) De 2015 a 2019 o OE “prometia” investir 21 mil milhões de euros. Desde janeiro de 2015 até outubro de 2019 investiram-se apenas 15 mil milhões. Foram menos 25%, aproximadamente. Menos hospitais, menos ferrovia, menos estradas recuperadas, menos escolas, menos portos ou aeroportos, esquadras ou equipamento militar ou policial. E terá sido por quebra na receita? Não. Ai o espanto.”

Mas viv’ó superavit em 2020!

Desinvestimento no exemplo da metro de Lisboa

O homem que preside ao Metro de Lisboa desde 2017, Domingues dos Santos, fez ao *Expresso* (21/12), o retrato do estado a que a empresa foi reduzida pela política deliberada de desinvestimento do governo troika/Passos e, não menos, do governo UE/Costa apoiado no PCP e BE:

“Quando cheguei em 2017, a sensação que tínhamos era a de que estávamos a partir da estaca zero. Das primeiras coisas que fizemos foi comprar rodas porque não havia em stock e carril.”

“Foi seis anos em que não tínhamos dinheiro para comprar parafusos.”

“Estivemos demasiados anos parados com falta de investimento. O último foi em 2015-16 com a estação da Reboleira — antes foi a ligação ao aeroporto em 2012. A partir de 2012 praticamente não houve expansão. Foram sete anos sem investimento.”

“Até 2021 estaremos a recuperar a infraestrutura”.

Na verdade, o próximo grande investimento, ligando o Rato ao Cais do Sodré, custará pouco mais de 200 milhões. Ora, só em 2018, o metro pagou à banca, em juros e encargos, 420 milhões de euros...

Ficha técnica

Publicado pelo grupo “A Internacional”;

Endereço mail: a.internacional.pt@gmail.com;

Responsável: José Júlio Santana Henriques

Página web: <http://a.internacional.pt>

Enquanto o governo deixa claro que o orçamento 2020 e a governação serão para os patrões...

...os trabalhadores lutam pelas suas justas reivindicações

Elevada adesão à greve nos hospitais públicos

Os trabalhadores dos hospitais públicos fizeram uma greve nacional de 24 horas a 20 de Dezembro, exigindo progressões na carreira, contagem de tempo de serviço e admissão de mais profissionais. A greve foi convocada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais (CGTP) e pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública (UGT). A adesão foi de 80 a 95% nos grandes hospitais.

Concentração dos Call centres

No dia 24 de dezembro houve uma concentração, dos trabalhadores dos call centres à porta da NOS, em Campanhã, no Porto. Os trabalhadores exigem uma valorização salarial. Os salários não passam, em geral, do salário mínimo (600€). Há um total de cerca de 100.000 trabalhadores de

call centres a viver o flagelo do *outsourcing*, baixos salários e precariedade geral, muitos há mais de 20 anos.

Greve na Portway

No final do ano, os trabalhadores da Portway, empresa do grupo Vinci que dá assistência aos voos nos aeroportos internacionais, fizeram três dias de greve com adesão muito elevada, levando a atrasos generalizados e ao cancelamento de numerosos voos. Os trabalhadores exigem que a administração cumpra o descongelamento de carreiras que prometeu e assinou em 2016. ■



PARTE DO SALÁRIO NO RENDIMENTO NACIONAL DESDE O FIM DA DITADURA



Quotidianamente jorram em torrente de jornais, televisões, portavozes de variegados partidos e organizações institucionais, sons familiares: “graças a deus (ou entidade que o valha) que Portugal aderiu à CEE. Onde estaríamos se não fosse isso?”

Boa pergunta. Não tem, é claro, resposta certa, visto que Portugal aderiu à CEE e na UE continua.

Não fosse interpor-se, por vezes, o mais execrável dos traidores: a verdade.

Há uma pergunta à qual é perfeitamente possível responder: “Onde estamos, tendo aderido à CEE?”

O semanário Expresso traz, na sua edição final de 2019, as conclusões de um relatório sobre a evolução da desigualdade nos últimos quarenta anos — ou seja, desde a adesão de Portugal à CEE — emitido pela *World Inequality Database* de Paris.

“O facto mais chocante é que os 10% mais ricos da população (portuguesa) ficaram ainda mais ricos, viram o seu peso no rendimento nacional subir 5,3 pontos per-

O pior cego é o que não quer que os outros vejam Um relatório sobre a desigualdade desde que Portugal aderiu à UE

centuais desde o princípio dos anos 80 do século passado. Em contraste flagrante com os 50% de mais baixos rendimentos, ou seja, metade da população, que registou uma redução de 5,2 pontos percentuais no bolo total.”

Qual é, porém, a reacção do Expresso a estes dados brutais? Uma frase deliciosa; frase que, não fossem os Expressos deste mundo a dizê-la, seria considerada o supra-sumo da cegueira sectária e fanática...:

“As desigualdades na sociedade portuguesa agravaram-se nos últimos 40 anos, apesar da adesão à União Europeia e à Zona Euro.”

Apesar!?

O Expresso é o primeiro a considerar que a “adesão à União Europeia e à zona euro” foi o evento económico e social fundamental que (graças a deus...) determinou a sociedade portuguesa nos últimos quarenta anos.

Lógico e normal seria, sim, concluir:

As desigualdades na sociedade portuguesa agravaram-se nos últimos 40 anos em consequência da adesão à União Europeia e à Zona Euro.



Apelo assinado por 396 militantes de 52 países

Por uma conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária

Juntamos a este número d'O Trabalho a separata do **Comité Operário Internacional** (COI) com o apelo à realização de uma conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, a decorrer em 5 e 6 de Novembro de 2020 em Paris. O apelo já foi assinado por 396 militantes de 52 países.

Basta continuar a citar o *Expresso* para comprovar tão absoluta evidência:

“(...) o conjunto dos pobres e remediados em Portugal, que são metade dos grupos de rendimento, perdeu mais do que na União a que o país pertence oficialmente desde 1986.

Os do topo em Portugal recuperaram rapidamente das cinco crises que rebentaram nesse longo período, e nomeadamente das duas últimas — da recessão global de 2009 e da crise da dívida que se seguiu. Mas, os de baixo, desde 1982, estão sempre a perder peso no rendimento, a tal ponto que os 10% mais ricos detêm agora 32,8% do rendimento, muito mais do que os 50% de menos rendimentos, cuja fatia caiu para 21,9%. Os mais ricos dos ricos, que ocupam 1% do topo, ficaram também mais ricos, subindo de 6,6% para 7,4% no rendimento do país. Estas conclusões podem estar aquém da realidade. “Não há informação detalhada sobre a parte superior da distribuição, sobre os mais ricos. Há, por isso, na informação oficial uma sub-avaliação dos rendimentos no topo”, alerta Farinha Rodrigues (o coordenador português).”

Diz-se que o pior que o cego é o que não quer ver.

Nós dizemos que pior que o cego e pior que o que não quer ver é o que não quer que os outros vejam. ■

OE 2020: mais um ano de austeridade para quem trabalha...

António Costa apresentou publicamente o projecto de Orçamento do Estado para 2020 de um hospital. A encenação tinha, parece, o objectivo de indicar o compromisso do governo em dar a máxima prioridade à saúde no ano que vem.

No entanto, a verdadeira prioridade máxima fora anunciada semanas antes, no relatório do OE 2020 entregue oficialmente à Assembleia da República, assinado por Mário Centeno. Lá se lêem os “quatro grandes eixos” do OE. O primeiro não é, pese a Costa, a saúde (que é o segundo): é atingir o “objectivo de médio prazo” exigido pela Comissão Europeia: que o “défice estrutural” seja igual a zero. Para consegui-lo, é preciso um superávit de 0,2% em 2020.

Frases como a “primeira vez na história da democracia” que se obterá um excedente orçamental e outras que tais derramaram-se, unânimes, das bocas de políticos e jornalistas embevecidos.

O que ninguém disse, mas convém recordar, é o que aquele “grande eixo” exactamente significa. Implica, por exemplo, que o “saldo orçamental primário” — não contando, portanto, a despesa com juros pagos à banca credora — seja 3% do PIB, uns 6.500 milhões de euros.

Qualquer estudante das escolas oficiais de economia sabe que nome se dá a orçamentos em que o Estado retira aos circuitos da “actividade económica” valores desta dimensão: são orçamentos recessivos. De austeridade extrema.

O que já não surpreende ninguém é que a anunciada continuação da austeridade seja prevista exclusivamente à custa dos trabalhadores.

Foi sem réstia de vergonha que o governo evocou a sua proposta de “aumentar” os ordenados da função pública em... 0,3%!

Ao fim de doze anos sem aumentos, de uma re-

dução de poder de compra de mais de 20%, de redução constante da parte dos salários no rendimento nacional... o governo oferece generosamente 0,3%.

Porém, não é por o orçamento estar decerto condenado a ficar conhecido pelo orçamento 0,3/0,2 que se pode subestimá-lo.

É um orçamento directamente mandatado pela União Europeia (ver ao lado). Será, inevitavelmente, um orçamento de guerra contra os trabalhadores.

Contra os salários da função pública, mas também contra os salários em geral (ver caixa), contra as pensões, contra a saúde (ver caixa), contra o

ensino, contra a habitação, contra os transportes públicos.

Em contrapartida, é mais um orçamento para o patronato. Para a banca internacional, em primeiro lugar, assegurada de receber os seus juros pontualmente. Para o patronato português, assegurado de não ver revogada a caducidade dos contratos colectivos e de receber compensações fiscais e outras pelos “aumentos” de salários de faz-de-conta que o governo recomenda aos “parceiros sociais” (caixa).

Tudo isto é claro para quem queira ver.

Mas os partidos que recolheram a maioria dos votos dos trabalhadores e da juventude nas recentes eleições legislativas, o Bloco e o PCP (além do próprio PS), limitam-se a falar em não se sabe bem que “sinais de boa vontade” do governo, que procuram desesperadamente, enquanto mantêm “plena disponibilidade” para negociar migalhas por votos.

Tudo indica, de facto, que irão obedecer às ordens do Presidente da República para votar (ou “viabilizar”) o orçamento, para evitar “instabilidades governativas” na legislatura.

Os trabalhadores terão, pois, de contar com as suas próprias forças para resistir e reconquistar.

Saúde, a prioridade orçamental máxima de Costa — em fim, a segunda, segundo o orçamento propriamente dito.

Segundo um relatório da Comissão Europeia citado pelo *Público* (4/12), em 2017 os portugueses continuavam, apesar do imperativo constitucional de um serviço nacional de saúde gratuito, a gastar muito mais dinheiro em saúde do seu bolso do que os habitantes de países mais ricos da UE, nomeadamente em consultas e exames no privado e em medicamentos. As despesas não reembolsadas terão constituído 27,5% do total das despesas de saúde, bem acima da média da UE (15,8%).

A causa, segundo a própria Comissão, é a política da troika — que continua. Assim, entre 2010 e 2017, a despesa total em saúde diminuiu 1 ponto percentual do PIB, enquanto a despesa pública em saúde baixou quase 3 pontos.

A “Prioridade” da Saúde

As consequências estão à vista de todos, serviços em degradação, urgências não cobertas, profissionais de saúde mal pagos a emigrarem em grande número para outros países, listas de espera intoleráveis.

E o que propõe o projecto de orçamento? Um “aumento” de oitocentos milhões de euros que, como todos admitem, significa que o SNS irá poder gastar apenas o mesmo que no ano anterior, só que o valor efectivamente gasto estará incluído no orçamento desde o princípio, em vez de ser injectado no fim (chamam a isto “resolver a sub-orçamentação”). A ideia-base não é, portanto, melhorar os serviços prestados. É, como manda a Comissão Europeia, fazer com que os hospitais possam pagar uma parte das suas dívidas e ajudar as empresas fornecedoras.



... e mais um ano de lucros para quem explora

O Texto de Bruxelas que realmente define as prioridades do Orçamento

Recomendação da Comissão relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal de 2019 e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal de 2019



O que diz da meta do défice

Em 2020, Portugal deverá atingir o seu objetivo orçamental de médio prazo (...). Com base nas previsões da Comissão da primavera de 2019, esta situação é com uma taxa máxima de crescimento nominal das despesas públicas primárias líquidas de 1,5%.

Eis então formulado o primeiro 'eixo' do OE 2020 de Costa/Centeno

O que diz da saúde (a "máxima prioridade")

No setor da saúde, (...) o nível persistentemente elevado de pagamentos em atraso nos hospitais resulta de uma planificação e execução orçamentais inadequadas e de deficiências no controlo contabilístico e nas práticas de gestão. (...) Um novo programa para 2019 tem por objetivo resolver estruturalmente o problema dos pagamentos em atraso no setor hospitalar através da introdução de um novo modelo de governação dos hospitais públicos, em conjugação com um aumento substancial dos seus orçamentos anuais. A capacidade deste programa para abrandar a acumulação de pagamentos em atraso nos hospitais no curto prazo, conduzindo assim a uma redução estrutural do seu volume global, depende crucialmente da sua execução atempada e eficaz.

Eis todo o sentido da prioridade à saúde: gastar o mesmo, mas salvar as empresas fornecedoras do SNS. Para quem não percebeu a estranha conversa de "acabar com a sub-orçamentação da saúde", eis a explicação.

O que diz das pensões (pensai em Macron!)

As finanças públicas portuguesas estão continuamente sob pressão devido às tendências demográficas adversas, designadamente o envelhecimento da população, com consequências negativas, em especial, para a sustentabilidade dos sistemas de pensões e de saúde. Embora as reformas realizadas anteriormente tenham melhorado a sustentabilidade a longo prazo do sistema de pensões, os atuais aumentos das pensões especiais e as alterações introduzidas no regime de reforma antecipada conduziram a novos aumentos discricionários das despesas com pensões, num contexto de tendência ascendente destas despesas em consequência do envelhecimento da população. A sustentabilidade global do sistema de pensões pode estar em risco se não forem adotadas medidas compensatórias adequadas.

O governo atacará em breve as pensões, sobretudo se o presidente francês, Macron, ganhar a batalha dele contra a classe operária francesa. É prepararem-se nesse caso os trabalhadores portugueses para trabalharem até aos 70 — e por aí fora — pelas mesmas reformas de miséria.

Expresso:

"Semlo apresentado como de esquerda, [este OE] poderia ter sido elaborado por qualquer partido ao centro ou à direita. Aliás, os partidos da oposição esforçaram-se para ter onde o atacar e não conseguem. (...) Assim, a direita vai chumbar um documento de que gosta e a esquerda aprovar um que detesta."

O Presidente da República manda a esquerda viabilizar o orçamento



Cumprindo as ordens de Marcelo, o secretário de Estado Duarte Cordeiro explicou ao Expresso (28/12) onde poderiam o BE e PCP ir buscar a folha de vinha necessária para tapar as vergonhas de deixar passar este orçamento:

"Este ano o Orçamento está mais pressionado", explica (...). Essa menor margem de manobra para incluir as reivindicações da esquerda explicam-se, acrescenta Duarte Cordeiro, por três fatores: "As progressões nas carreiras (...); o impacto do Novo Banco, (...); e o objetivo de médio prazo [fixado pela UE], que uma vez atingido reduzirá a pressão".

Constrangimentos tremendos: sagrado, o mandato da UE; sagrados, os

"direitos" dos banqueiros privados que saquearam o BES; para arredondar, a chatice das carreiras da função pública descongeladas, que não deixa espolar tão arbitrariamente os funcionários. Não obstante, como o Expresso nota, o secretário dá "garantia": "Há medidas sinalizadas ou concretizadas no OE que só lá estão porque os partidos à esquerda sinalizaram interesse." E também sabendo que "o Governo identificou e tornou público com quem estava a reunir, ou seja, os partidos com quem faz sentido negociar". O Expresso: "Dito de outra forma: que o objetivo não é aprovar o OE com os votos do PAN e PSD/Madeira. A mensagem de Marcelo Rebelo de Sousa de que não queria um orçamento 'limiano' e fraco, sem a esquerda, foi ouvida".

Resta então ao PCP e BE viabilizarem o orçamento dos banqueiros. Sempre podem dizer que (alguns?) pensionistas vão ganhar mais 10 euros por mês...

Baixos Salários, Altos Lucros

O governo anunciou as suas orientações para o que chama de "política de rendimentos". Quer, assim, "que as empresas aumentem os salários em pelo menos 2,7% no próximo ano. Valor é um "referencial" e poderá mudar consoante os setores da economia." (Observador)

O verdadeiro referencial, porém, é os patrões continuarem a ter veto sobre os contratos colectivos (a "caducidade"): "aumentam" se e o que quiserem.

O governo promete, ainda por cima, apoios orçamentais aos patrões "em contrapartida". Vindos do mesmo orçamento em que o patrão Estado promete "aumentar" os salários dos funcionários 0,3%.

Isto, na situação em que (dados Público): um em cada cinco trabalhadores ganha o salário mínimo (na hotelaria é um em três; operários: um em quatro). E os jovens licenciados ganham menos 20% do que em 2008 em termos reais.

Com os (modestos) aumentos do salário mínimo, o país transforma-se, assim, num dos países que têm o salário mediano mais próximo do mínimo.

É o "nivelamento por baixo". E é o resultado directo da adesão à União Europeia e, mais ainda, ao euro (ver p. 3).

Actualidade internacional

Estado espanhol contra Catalunha

No passado dia 19 de Dezembro, um tribunal espanhol destituiu das suas funções o presidente da Generalitat da Catalunha, Quim Torra, por um período de dezoito meses.

O crime de Quim Torra: ter-se recusado a retirar insígnias catalãs da fachada da sede do governo regional durante a campanha para as legislativas de Abril passado.

Entretanto, o Tribunal de Justiça europeu decidiu que os deputados ao “Parlamento Europeu” eleitos na Catalunha gozam de imunidade e não podem ser impedidos de iniciar o seu mandato apesar das perseguições e condenações da justiça espanhola. Segundo o jornal francês *Libération*, a chefe do PSOE em Estrasburgo montou uma “birra” para evitar — em vão — que o presidente italiano do Parlamento lesse a sentença e as suas consequências.

Estados Unidos da América, crise e guerra

No dia 18, a Câmara dos Representantes, de maioria democrata, pronunciou o Presidente Trump por “abuso de poder” e “obstrução aos trabalhos do Congresso”. Trump será “julgado” pelo Senado, de maioria republicana, que tem o poder exclusivo de destituir o presidente — poder que não exercerá.

Entretanto, Trump anunciou a constituição de uma nova arma das forças armadas americanas, a “Força Espacial”, que fará companhia ao Exército, Força Aérea, Marinha, Fuzileiros e Guarda Costeira. O objectivo, segundo Trump, é assegurar a hegemonia americana na “nova frente de guerra do mundo”. Dezasseis mil militares e civis ficaram desde já afectos à nova arma.

Iraque

A 22 de Dezembro começaram as manifestações contra o regime. Nas cidades do Sul, escolas e administrações mantiveram-se encerradas. “*Estamos endurecendo a mobilização porque recusamos o candidato da classe política que nos anda a roubar desde 2003*”, declarava um jovem manifestante à AFP.

Líbano

A 15 de Dezembro, milhares de manifestantes voltaram a sair à rua contra o regime em Beirute, depois de, no dia anterior, as forças da ordem terem provocado dezenas de feridos, ao carregarem com gás lacrimogénico e balas de borracha contra uma manifestação.

Argélia

“Eleição Presidencial” Rejeitada pelas Massas

No dia 22 de Fevereiro de 2019, as massas argelinas puseram-se em movimento, em todo o país, para exigir a partida do ditador Bouteflika, que se propunha candidatar-se à presidência pela quinta vez. Desde essa data, manifestações-monstro e greves repetiram-se em 44 sextas-feiras consecutivas, exigindo sem esmorecer que o regime “vá para a rua” e a eleição de uma Assembleia Constituinte. A sexta-feira, 20 de Dezembro, não foi excepção, apesar da última manobra desesperada do regime para sobreviver.



O regime convocou, com efeito, eleições presidenciais — no contexto das odiadas leis e instituições vigentes — para 12 de Dezembro, procurando desesperadamente ganhar alguma legitimidade. Já o tentara meses antes, mas como ninguém se atreveu na altura a candidatar-se, desafiando a cólera das massas, as eleições foram anuladas. Desta feita, apresentaram-se várias figuras de ex-ministros e outros figurões mais ou menos “democratas” do regime de Bouteflika. Foi “eleito” presidente um antigo ministro, Abdelmadjid Tebboune. A participação ficou abaixo de 40% dos eleitores.

Os apelos do novo presidente a abrir o “diálogo” com o “Hirak” (o movimento popular – NdR) só tiveram resposta favorável da parte de meia dúzia de “opositores”, a quem o povo retirou de imediato toda a confiança.

A marcha de 20 de Dezembro, 44.^a sexta-feira desde 22 de Fevereiro, viu os argelinos saírem de novo em massa às ruas de Argel, Constantina, Bouira, Annaba, Jijel, Bejaia, Setif, Tizi Ouzou e Chlef. Nem a brutal repressão policial em Orão nem a mobilização de “baltaguias” (cadastrados usados pelo regime para montar provocações) nem a enésima tentativa de opor a região da Cabília ao resto da nação puderam dobrar o Hirak.

As palavras de ordem gritadas em 20 de Dezembro foram uma vez mais termómetro da mobilização e determinação das massas: “*Ou nós ou vocês!*”, “*Ó malta, a eleição foi aldrabada, o presidente é ilegítimo, a mobilização continua!*”. Os apelos de Tebboune ao “diálogo” foram categoricamente despachados: “*Nem diálogo nem consultas, é obrigatório sair!*”.

Tebboune prometeu que o quilo de batatas não ultrapassaria 60 dinares. Ninguém está, no entanto, a ver as massas a voltarem para casa por causa disso. Como dizia a página online TSA, “*o movimento tem mostrado que não está disposto a ceder no essencial: a ruptura com a velha ordem*”.

Grã-Bretanha

“É no que dá insultar a inteligência da classe operária”**O que as recentes eleições britânicas nos ensinam**

O resultado das eleições de 12 de Dezembro foi inapelável. O Partido Conservador de Boris Johnson obteve 365 assentos, mais 39 do que a maioria absoluta. Ganhou 47 lugares para as eleições de 2017, embora com um aumento negligenciável de votos à escala nacional (+2%).

Em contrapartida, o Partido Trabalhista, chefiado por Jeremy Corbyn, perdeu 20% dos seus votos e 59 assentos, passando a apenas 203. O pior resultado dos Trabalhistas desde 1935, ano em que o eleitorado trabalhista não perdeu a participação da direcção do *Labour* num governo de união nacional.

A generalidade dos doutos comentadores, nacionais como estrangeiros, não teve dúvidas em atribuir o desastre eleitoral trabalhista ao “esquerdismo” do seu programa anti-austeridade (e do seu presidente, Corbyn), que previa nacionalizações dos comboios, meios para salvar o NHS (o SNS britânico) e outras coisas impensáveis sob o regime da UE. Os trabalhadores portugueses têm aprendido à sua custa, de baixo da troika/Passos como de baixo da troika/geringonça, que, salvo algum “exit”, o regime da UE é sinónimo de austeridade sem fim.

Pequeno problema para os comentadores oficiais: Corbyn e o seu programa já tinham ido a votos em 2017 — obtendo então um dos melhores resultados eleitorais da história do trabalhismo britânico (quase 13 milhões de votos).

A explicação é, portanto, outra. E é simples: em 2016, a larga maioria da classe trabalhadora britânica votara



pelo Brexit. Em 2017, não parecia haver contradição entre votar para romper com a UE, fonte da austeridade e da degradação da situação das massas trabalhadoras, e votar pelo novo programa do Labour, incompatível com as regras da UE, e pelo seu dirigente, Corbyn, que tinha um vasto passado de oposição à UE.

Nestas eleições, contudo, a direcção do Labour, cedendo à pressão de Bruxelas e da alta finança londrina, traiu a confiança da grande maioria

dos seus eleitores, ao prometer um novo referendo sobre a saída da UE.

Ficou, assim, poluída a distinção fundamental da política britânica desde há inúmeras gerações: os trabalhadores votam no *Labour*, sua representação política, seja quem for que o dirija; a burguesia vota nos *Tories*; as camadas intermédias dividem-se.

O resultado é o que se vê: o Brexit negociado com a UE por Boris Johnson, em nome da *City*, prevê manter a Grã-Bretanha sujeita a todas as regras anti-operárias da União Europeia que o referendo do Brexit rejeitou. Ainda por cima, com o governo ultra-reacionário de Boris Johnson a aplicá-las.

Uma militante operária britânica, que foi uma das organizadoras das mulheres dos grevistas na grande greve dos estivadores de Liverpool de 1995, escreveu, deste resultado, aos nossos camaradas franceses da *Tribune des travailleurs*: “É no que dá querer insultar a inteligência da classe operária.”

Os trabalhadores britânicos terão agora que empregar toda a sua inteligência e força para organizar a resistência ao governo de Boris Johnson e exigir aos seus próprios dirigentes cotas do mandato que lhes confiaram. ■

Por que perdeu o Labour as eleições?

Dois depoimentos a título pessoal de militantes do Partido Trabalhista, recolhidos por *La Tribune des travailleurs*, jornal do Partido Operário Independente Democrático francês.

Stefan Cholewka, responsável sindical, Manchester

“O Labour paga com língua de palmo a sua traição ao voto de 2016: perde em todos os seus bastiões do Norte do país, onde o voto pelo Brexit fôra massivo. Em Rothbar Valley, o Labour perdeu o seu mais antigo assento parlamentar (desde 1918). Perdeu as circunscrições de Don Valley e de Leigh, que eram do Labour há noventa e sete anos, e a de Wakefield, que o era há oitenta e sete. Todas estas circunscrições operárias votaram por sair da União Europeia no referendo de 2016, algumas por mais de 60%.

Corbyn arca com a responsabilidade de se ter recusado a combater a sua ala direita — que quer ficar na União Europeia — e lhe ter constantemente cedido terreno. Foi fazendo compromissos até ao fim, até ficar refém deles. Os acontecimentos voltam a salientar a responsabilidade da direcção actual do movimento operário. O que hoje se mantém na ordem do dia é a ruptura cerce da direcção do movimento operário com a União Europeia e com todas as suas instituições reaccionárias.

Compete à classe operária, da base para o topo, nos locais de trabalho, nas secções sindicais e do Labour, organizar a luta para voltarmos a tomar conta das nossas organizações. Recusamo-nos a assucar a responsabilidade do que ocorreu a quem se absteve ou não votou Labour. A responsabilidade recai nos dirigentes do partido e dos sindicatos, ao comprometerem-se com a União Europeia.”

John Sweeney, militante trabalhista pela saída da União Europeia

“O Labour Party perdeu as eleições porque tratou como pobres de espírito os seus aderentes que queriam sair da União Europeia, quando eram estes quem se mantinha fiel às origens do partido. Uma vez mais, o Labour meteu um golo na própria baliza, permitindo não só que os conservadores ganhassem as eleições, mas que as ganhassem com uma grande maioria, que vai ser perigosíssima para a classe operária.

O Labour fez campanha por mais justiça, mais investimento no sistema de saúde (NHS), no ensino e na infra-estrutura, comprometendo-se a proteger os pobres, os idosos e os mais vulneráveis. Tudo muito bem, só não indicou é que a única maneira de ganhar era o Labour opor-se a que a Grã-Bretanha ficasse na União Europeia.

Se o partido tivesse reunido a convicção, audácia e confiança para enveredar por esse caminho, podia ter ganho, e massivamente. Como determina a terceira lei da física de Newton, “toda a acção suscita uma reacção de idêntica força e sentido oposto”. Milhões de eleitores acabam de ilustrá-la. O Labour Party enganou-se redondamente ao crer que a classe operária aceitaria a proposta de segundo referendo, quando a decisão de sair da União Europeia estava tomada desde 2016.” ■

França

Desde 5 de Dezembro, contra a “Reforma” das Pensões, a Greve!

O presidente Emmanuel Macron, eleito por pouco mais de 20% do eleitorado, decidiu marchar sem escrúpulo contra as conquistas sociais dos trabalhadores franceses. Estas conquistas, adquiridas no pós-guerra, fizeram da classe operária francesa uma das classes operárias com direitos e regalias mais avançados da Europa. O ensino público laico e o sistema de saúde têm, assim, estado na mira de Macron e dos seus ministros.

Um mês depois de eleito, Macron recebeu o chefe da BlackRock, fundo de investimento que gere mais de 6 biliões de dólares (30 vezes o PIB português). A perspectiva do novo governo francês: gerar 300 mil milhões de euros em poupança-reforma, a investir nos “mercados”. Para isso, era preciso destruir o sistema de reformas que garante aos trabalhadores franceses a acumulação colectiva e solidária das contribuições que pagam as aposentações. Era essa a tarefa do alto comissário Delevoye — que, entretanto, teve de demitir-se, ao revelarem-se as habituais ligações perigosas e conflitos de interesses deste tipo de personagens.

A reacção das massas trabalhadoras ao anúncio da “reforma” não se fez esperar. No dia 30 de Outubro, o jornal *La Tribune des travailleurs*, dos nossos camaradas do POID francês, reflectia:

“As reformas afectam toda a população e, no seu âmago, a classe operária e as suas organizações. Nisso, unem.

Uma data podia muito bem ser a que se concentrasse todas as greves, que pautam já a situação do país: a do dia 5 de Dezembro.

Cada vez mais são as organizações que, a todos os níveis, apelam a fazer como os trabalhadores da RATP (transportes de Paris) e os seus sindicatos, que apelam a que a greve pela retirada da reforma comece a partir de 5 de Dezembro.

As confederações sindicais (...) apelam a “uma primeira jornada” de greve interprofissional nesse dia.

No privado como no público, militantes e trabalhadores discutem como preparar a greve, a greve a sério. Como tomar as coisas em mão? Como soldar bem rija a unidade?”

E assim foi. Ainda que as confederações não tivessem querido apelar a uma greve geral nacional até à retirada do projecto de reforma das aposentações, o que aconteceu esteve muito próximo disso mesmo. No dia 5 de Dezembro, milhões fizeram greve e saíram à rua a reclamar a retirada da reforma e que Macron se fosse embora com ela. Mais: nos dias que se seguiram, numerosas categorias de trabalhadores votaram, dia a dia, a “recondução” da greve. Ainda a “TT”:

“O movimento é muito político. Em cada sector, os trabalhadores cosem a reivindicação geral de retirada da reforma com as suas reivindicações específicas: ferroviários contra a privatização da SNCF; jovens contra a se-



lecção na Universidade e o futuro precário a que o governo os quer condenar; professores contra as contra-reformas de destruição do ensino público... (..) Que se irá passar? O movimento mostrou uma força que tem dado cabo de muitas contas. Tudo partiu da greve da RATP de 13 de Setembro, a que se agregou parte dos agentes da SNCF. Todas as linhas de metro fechadas, e as linhas RER da SNCF em greve. Ninguém esperava. A força da greve escapou a todas as previsões das cúpulas.

A reforma Macron, descrita pelo jornal inglês ‘Guardian’

“Estas medidas (de reforma das pensões, NDR) seriam um golpe duríssimo a um dos melhores sistemas de aposentação do mundo. Em França, só 7% dos idosos estão em risco de pobreza. É a taxa mais baixa de toda a União Europeia, bem inferior aos 19% do Reino Unido e da Alemanha. Sem dúvida, uma das razões por que a esperança de vida em França é ligeiramente mais alta que nesses países.

(..) Não é a primeira vez que Macron tenta dar machadadas no Estado providência. Desde a sua posse, em 2017, o presidente reduziu já o subsídio de desemprego e simplificou os despedimentos para as empresas, contendo severamente, do mesmo passo, o custo dos serviços públicos.

Entretanto, substituiu o imposto de solidariedade sobre a fortuna — aplicável aos contribuintes com património superior a 1,3 milhões de euros — por um imposto sobre a fortuna imobiliaria aplicável a bens superiores a esse valor.

(..) Se fôr consultor há nas reformas de Macron, é a ideia de a França ficar mais atraente para as empresas (...) obsessão da confederação patronal francesa, o Medef. Tudo começou nos anos oitenta, quando os vizinhos

Depois, as posições foram-se multiplicando nas empresas e organizações. Dezenas de milhares de anónimos foram criando uma situação que levou as cúpulas das suas organizações a apelar à greve “a partir de 5 de Dezembro”. Os trabalhadores levaram esta palavra de ordem à letra, “a partir de 5 de Dezembro”. Hoje, o governo está dividido.

O governo vacila e a estabilidade das instituições periclita. Mas os trabalhadores não querem saber se o governo e as instituições estão ameaçadas, o que eles querem é a retirada.

A questão que está na ordem do dia é a da greve geral, de preparar a greve geral. A questão que se põe é: precisamos ou não de preparar a greve geral a todos os níveis?”

Como em Portugal, a UE empurra o governo Macron a levar a reforma até ao fim — tornando a equação simples: ou ganha a UE e Macron; ou sobrevive o trabalho.

Em França como em Portugal, vêm aí batalhas decisivas. ■

da França adoptaram reformas favoráveis às empresas a ritmo bem mais vivo. Lamentando nunca ter tido um Reagan ou uma Thatcher, boa parte da elite empresarial francesa passou a achar o país economicamente atrasado; apelada a mais, direito laboral favorável aos trabalhadores, despesa do Estado a tirar espaço ao sector privado. O sistema de pensões é emblemático destas frustrações: o que, para os reformados, é a fonte de regalias gambas com o seu suor, é para os patrões e reformadores um dinossauro caro, alimentado a contribuições sociais.

É difícil sentir pena de quem tanto gente. A França ainda é a sexta maior economia do mundo, e os ricos gambam lá dinheiro sem peias. Há mais de 40 bilionários, no ano passado, as empresas francesas distribuíram mais dividendos aos respectivos accionistas do que as dos demais países da Europa continental. Acima de tudo, porém, a França pode-se gabar de ter um dos Estados providência mais bem sucedidos do mundo. Uma razão fundamental de o país ter uma taxa de pobreza inferior à dos seus tão idealizados concorrentes, EUA, Reino Unido e Alemanha. (...)”



● O Comitê Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (COI) constituiu-se na Conferência Mundial de Mumbai (Índia) que juntou, entre os dias 19 e 21 de Novembro de 2016, delegados de 28 países.

● O COI constituiu-se com base no Manifesto de Mumbai contra a guerra, a exploração e o trabalho precário, manifesto que teve a adesão de militantes operários e responsáveis de organizações políticas e sindicais de 46 países (*)

● O Comitê de Acompanhamento é composto por militantes operários de todas as tendências:

- Innocent Assogba (Benim)
- Alan Benjamin (Estados Unidos)
- Colia Clarke (Estados Unidos)
- Constantin Cretan (Romênia)
- Berthony Dupont (Haiti)
- Ney Ferreira (Brasil)
- Daniel Gluckstein (França)
- Rubina Jamil (Paquistão)
- Apo Leung (China)
- Gloria Gracida (México)
- M. A. Patil (Índia)
- Mandlenkosi Phangwa (Azânia)
- Klaus Schüller (Alemanha)
- Jung Sikhwa (Coreia)
- John Sweeney (Grã-Bretanha)
- Mark Vassilev (Rússia)
- Nambiath Vasudevan (Índia)

(*) Afeganistão, Azânia, Alemanha, Argentina, Áustria, Bangladesh, Bélgica, Benim, Bielorrússia, Brasil, Burundi, Canadá, Chile, China, Coreia, Costa do Marfim, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Grã-Bretanha, Grécia, Haiti, Hungria, Índia, Irlanda, Islândia, Itália, Mali, México, Paquistão, Peru, Portugal, República Checa, Romênia, Ruanda, Rússia, Senegal, Suécia, Suíça, Togo, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Venezuela, Zimbábue.

Por uma conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária

Apelo assinado, até 25 de Novembro de 2019, por 396 militantes e trabalhadores de 52 países

A cada dia que passa, a humanidade está sendo empurrada para a barbárie. É uma realidade com que os trabalhadores e os militantes se deparam pelo mundo fora.

A guerra alastra. O Afeganistão ocupado há 18 anos, a população da Síria sujeita a uma miséria inenarrável e forçada a emigrar há já 8 anos, massacres no Líbano, Caxemira isolada do mundo há mais de 70 dias, ameaça militar contra o Irão, cerco militar estratégico da China, conflitos fabricados em África, orçamento militar em aumento constante: o capitalismo é a guerra.

Dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças atirados para as estradas do exílio. Dezenas de milhares de mortos e desaparecidos no Mar Mediterrâneo, os rohingias expulsos da sua terra, mulheres, homens e crianças bloqueados na fronteira entre o México e os Estados Unidos. Nunca a humanidade conheceu tais movimentos forçados de massa, de populações inteiras.

As conquistas operárias, sistematicamente atacadas e desmanteladas. Os sistemas de aposentação e de protecção social comprometidos, desemprego massivo em desenvolvimento em todos os países, legislação laboral sujeita a contra-reformas um pouco por todo o lado. Ao que acrescem as nefastas consequências da guerra comercial e das sanções, encarecendo os preços.

O futuro da jovem geração sacrificado à precariedade do trabalho, o direito a estudar comprometido, a economia da droga em expansão. As riquezas a acumularem-se nas mãos de uma minoria ínfima, enquanto milhões conhecem a fome apesar da abundância da produção de bens alimentares.

O ambiente ameaçado. O imenso incêndio da Amazônia, deliberadamente provocado para ajudar as multinacionais, relembra com veemência: o capitalismo conhece a lei do lucro e nada mais, sejam

quais forem as consequências.

A raiz desta situação está na sobrevivência do regime capitalista, regime de exploração assente no sistema de propriedade privada dos meios de produção.

Não é, porém, uma fatalidade que seja a barbárie a levar a melhor: os recursos para encontrar uma saída positiva estão do lado do movimento operário.

A classe operária luta. Os trabalhadores da China, tanto os de Hong Kong como no continente, lutam em greves e manifestações pelo direito a organizarem-se independentemente. Não se contam as greves gerais massivas em que dezenas de milhões de trabalhadores se têm erguido para defender os seus direitos; movimentos revolucionários — como, hoje, na Argélia — põem, com força, a questão de acabar com o regime.

Compete ao movimento operário abrir uma perspectiva de paz, progresso e futuro

A classe operária não tem nenhum interesse nestas guerras injustas. Quando os governos imperialistas americano, francês ou britânico intervêm militarmente no Médio Oriente, em África, na Ásia, é sempre para preservar a sua dominação, é sempre por conta dos exploradores, das multinacionais. Nos seu próprios países, esses mesmos governos travam uma guerra social contra a classe operária e a juventude.

— Ao agir contra a guerra, por que o trabalhador esteja na fábrica e não envolvido em conflitos assassinos, o movimento operário é factor de paz.

— Ao lutar pelo seu direito à existência, por que os trabalhadores se possam organizar livremente em sindicatos e em partidos e construir os organismos de luta necessários para a luta unida e eficaz, nas formas que eles próprios escolherem, o movimento .../...

operário defende a democracia.

— Ao lutar contra o poderio das multinacionais, contra a dívida que estrangula os povos, o movimento operário coloca-se à cabeça da luta pelo direito à nação soberana.

— Ao lutar pela defesa dos direitos colectivos da classe operária, pela defesa dos sistemas de protecção social, o movimento operário defende o direito ao trabalho produtivo de toda a riqueza.

— Ao combater para acabar com o sistema capitalista, pelo socialismo, o movimento operário carrega a esperança e o futuro da humanidade.

Não faltam lutas no mundo inteiro...

Os trabalhadores não ignoram, todavia, as dificuldades que de-
frontam.

Os governos do mundo inteiro — sejam eles de direita ou de esquerda — atacam as organizações sindicais, reprimindo-as ou tentando integrá-las. Põem em causa, além disso, o direito de greve e de manifestação.

As dificuldades do movimento operário vêm igualmente de haver responsáveis das organizações operárias que metem mão à engrenagem da

integração, considerando alguns deles que a economia de mercado é um horizonte inultrapassável.

Mais recentemente, apareceram, inclusive, correntes que apelam a abandonar as formas de organização do movimento operário (sindicatos e partidos) e a dissolvê-las em movimentos informais.

Nós sabemos, porém, que, para participar nesses combates, nos nossos países, os trabalhadores e os militantes intervêm, na luta de classe em que se empenham, em defesa das organizações que construíram e pela construção de novas organizações, de modo a poderem organizar-se por si próprios, optando pelas formas que livremente decidem.

...exigindo a independência do movimento operário

Em Novembro de 2016, 350 delegados vindos de 28 países, sindicalistas e militantes políticos oriundos de todas as sensibilidades e correntes do movimento operário, constituíram em Mumbai (Índia) o **Comité Operário Internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária, com um manifesto** que, nomeadamente, sustenta que: *“A luta de classes continua a ser o mo-*

tor da história. Afirmamos que o progresso da civilização humana, da paz e da democracia depende, acima de tudo, de os explorados e oprimidos do mundo inteiro serem capazes de preservar a independência das suas organizações.”

Isto continua a ser verdade, e mais do que nunca. Mais do que nunca, o futuro está do lado do movimento operário em luta — por conta de todos os oprimidos — pela sua emancipação, para pôr termo ao regime de exploração e de miséria.

Os trabalhadores e os sindicatos do mundo inteiro têm de fazer ouvir uma voz comum contra a guerra e a exploração.

Nós, militantes operários abaixo assinados, vindos de tradições diferentes, propomos a reunião de uma conferência internacional contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária (em 5 e 6 de Novembro de 2020, em Paris).

Ao reunir-nos na diversidade dos nossos pontos de vista em torno destes princípios simples, que estiveram na origem do movimento operário, faremos nossas as palavras d’*A Internacional*, faremos, *“duma terra sem amos, a Internacional”*.

Apelido, nome:

Organização:

Endereço:

Endereço electrónico:

Telefone pessoal: Profissional:

Concordo com a proposta de convocar uma conferência mundial contra a guerra e a exploração, pela Internacional Operária.

Em meu nome pessoal:

Em nome da minha organização: